

**Rio de Janeiro, 21 de Julho de 2021.**

SENHOR SILVIO CAYRES FERREIRA DE SOUZA - PRESIDENTE DA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE – UENF

**Ref: EDITAL DA CONCORRENCIA nº 002/2021, processo nº SEI-SEI- 260009/002251/2020**

SERVE RIO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 01.655.459/0001-96, com sede à Rua Ati, 663 – Tanque – Jacarepaguá, CEP 22735-155, por seu representante legal infra assinado (que foi orientado juntamente com seu representante jurídico, o Doutor Gilmar Brunizio - Advogado, mestre em Direito Público, especializado em Direito do Estado e Administrativo com número da OAB/RJ 149.401), tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “a”, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

com as inclusas razões e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, c/c os artigos XX e XXX do Decreto Municipal nº 246/2017, exercendo seu DIREITO DE PETIÇÃO, assegurado no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea a, da Constituição Federal, expor e requerer o que segue:

## **FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **PRELIMINARES**

1. A **tempestividade** da presente impugnação é inquestionável, tendo em vista a LLCA e, ao item 17.1 do edital em debate, de que o prazo para impugnar  
Rua Ati,663-Tanque –Cep:22735-155-Jacarepaguá-RJ  
Tel/Fax: (21) 3392-8517- E-mail: [serveriogerencia@globo.com](mailto:serveriogerencia@globo.com)



Julgamento de habilitação é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação ou da lavratura da ata, que se deu em 14/07/2021. Portanto, foi estabelecido o prazo de 21/07/2021 como data final, o que torna o presente TEMPESTIVO.

2. No que toca à responsabilidade pelo julgamento, cabe esclarecer que, diferentemente da licitação na modalidade Pregão, em que somente o pregoeiro é passível de responsabilização civil, penal e administrativa (os doutrinadores são unânimes ao afirmar a responsabilização exclusiva do Pregoeiro), **as modalidades de licitação elencadas na Lei 8.666/93 (LLCA) determinam a responsabilidade solidária de todos os membros da CPL pelos erros e acertos da decisão.**

Vejam-se os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

*“Como a comissão delibera em conjunto, todos os seus integrantes têm o dever de cumprir a Lei e defender as funções atribuídas ao Estado. Mais ainda, cada membro da comissão tem o dever de opor-se à conduta dos demais membros integrantes quando viciada.”<sup>1</sup>*

Outro ensinamento:

*“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV).”*

### **DO MÉRITO**

3. A decisão que inabilitou a RECORRENTE deve ser reformada porquanto vai de encontro aos preceitos normativos da Constituição Federal de 1988, da Lei 8.666/93, em relação aos subitens que a CPL apontou na ATA.

---

<sup>1</sup> Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, Dialética, pag. 693.



4. Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “ad argumentandum”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado e OPORTUNO que, caso a decisão seja realmente contrária ao pedido da RECORRENTE, a própria irá levar para TODAS as esferas superiores cabíveis.

### **DOS FATOS**

5. Atendendo ao chamamento da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) para o certamente licitacional, a RECORRENTE participou de Licitação Pública sob a modalidade de Concorrência, oriunda do Edital nº CO 002/2021.

6. Devidamente representada, por meio do Credenciamento feito seu proprietário, Sr. Paulo Medina Neves, a qual deu todos os poderes ao Srº Thiago Victor de Almeida, no dia do julgamento da habilitação, a RECORRENTE entregou dois envelopes: um contendo a documentação e o outro a proposta de preço. Após análise das documentações a RECORRENTE foi declarada INABILITADA nessa etapa por essa renomeada comissão. A motivação pelo tal fato INDEVIDO foi que a RECORRENTE não apresentou o anexo L: Declaração de Equipamentos (item 9.3.7) e não apresentou os quantitativos mínimos exigidos no item 9.3.6.1. O item 9.3.7 faz a seguinte alusão:

“ Declaração formal que a empresa deverá, **obrigatoriamente, disponibilizar, durante a execução dos serviços**, os equipamentos descritos no ANEXO L (Quadro de Equipamentos), adequados à realização do objeto da licitação. “

### **DOS DIREITOS**

7. Ab initio, cumpre verificar que o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993 preleciona que tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

“Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade



com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

8. Ressalta-se ainda a importância da garantia da legalidade quanto ao princípio da ISONOMIA e da COMPETITIVIDADE, levando como um dos pilares fundamentais a TRANSPARENCIA E IGUALDADE. Para tanto há de se observar a Súmula nº 272/2012 TCU que diz: “O edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato”.
9. Por sua vez, o EDITAL através do item 9.3.7 solicitou que as empresas apresentassem uma declaração formal que OBRIGATORIAMENTE, DURANTE A EXECUÇÃO dos serviços, irá disponibilizar os equipamentos descritos no anexo L.
10. Ao analisar o anexo L, o mesmo traz a tona os seguintes equipamentos/ferramentas: Betoneira; Andaime metálico; Serra elétrica; Rolo compactador vibratório (4 t); Compactador mecânico (tipo “sapo”)
11. Acontece que a empresa não utiliza nenhum desses equipamentos para a execução deste objeto. Tais equipamentos NÃO são OBRIGADOS a serem usados para a execução do mesmo. Além disso, o próprio anexo informa que será necessário DURANTE a execução dos serviços e, não que seja essencial nessa fase que é anterior a assinatura do contrato.
12. A empresa utiliza invés de Betoneira a Maseira e vira a massa de forma manual, com o acréscimo de 2 serventes exclusivos para tal serviços; No lugar do andaime metálico a empresa utiliza andaime elétrico alugado pela empresa Super Andaimos, na qual possui contrato vigente com a nossa empresa; no lugar da serra Elétrica usamos a ferramenta Manual que é o serrote. Para o rolo compactador a empresa utiliza da sua “bobcat” alinhada com compactador manual. Para o compactador Mecânico a empresa utiliza a Placa compactadora pois acredita que o “sapo” não seja tão eficaz quanto a placa. Para pequenos vãos, utiliza a forma manual com acréscimo de aparelhos de umidificação conforme prevê a norma vigente. Logo, está comprovado que nenhum equipamento do anexo L é OBRIGATORIO e ESSENCIAL para a realização do objeto.
13. Ainda mais, para a empresa apresentar tal declaração teria que disponibilizar no aluguel ou na compra desses equipamentos, pois a mesma não tem. O que tornaria um custo inviável neste momento. Inclusive, tal custo sem ter o êxito no



certame é ilegal e, vem sido debatido diariamente tendo diversos Acórdãos e Jurisprudência para questão.

14. Por outro lado, para esse objeto tal declaração não tem valor e nem fundamento. O Parágrafo 6, Artigo 30 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 é claro na solicitação desta declaração QUANDO os equipamentos realmente são essenciais. Caso tivéssemos uma obra com grande movimentação de terra, o uso de maquinários (não de posse, pois também é ilegal) teria que entrar porque seria essencial para o objeto. Outro exemplo, se o objeto fosse parametrização de equipamentos ou Subestações, os equipamentos elétricos seriam essenciais. Agora para um objeto de Adequação de acessibilidade? É apenas um critério para restringir a competitividade, pois os equipamentos que foram descritos neste anexo NÃO SÃO NECESSARIOS SE QUER ESSENCIAIS.
15. Uma mera declaração, mesmo que equivocada na parte do edital, equivocada na parte do anexo, equivocada na leitura é parâmetro para uma INABILITAÇÃO? Será que se a empresa fosse da região a Comissão teria o mesmo “olhar criterioso”?
16. Vale ressaltar ainda, que a questão dos equipamentos e ferramentas é uma questão técnica. Tanto é que entra na parte das Qualificações Técnicas. Nesse âmbito, a empresa apresentou apenas pequena parte do seu VASTO jogo de atestados técnicos. Para esse certame foram escolhidos apenas 6 (seis) atestados técnicos todos com Certidão de Acervo Técnico. Dentre desses temos construções, reformas e acessibilidades em todas as maneiras. Logo a parte quantitativa esta comprovada com as metragens quadradas utilizadas/construídas, somada as parcelas menores dos serviços solicitados.
17. Com os acervos supracitados a empresa mais que comprova que possui equipamentos e ferramentas necessárias para a realização deste objeto. Que a declaração é apenas uma formalidade que não é motivo para uma inabilitação. Como a empresa realizou todas essas obras sem equipamentos e ferramentas? Em nenhuma atividade desta foi usado os equipamentos “obrigatórios” do anexo L. Logo como exigir tal declaração se não é essencial?
18. Assim, conclui-se que CLARAMENTE que a RECORRENTE atendeu de forma SIMPLES E OBJETIVA as solicitações deste edital por completo e, que de forma EQUIVOCADA, esta lisonjeada comissão INABILITOU a RECORRENTE. Pois as quantidades para acessibilidade estão comprovadas nas áreas construídas e reformadas já que possuímos todos os serviços dentro do escopo.



**DOS COMENTÁRIOS GERAIS**

19. A RECORRENTE espera que seja provido visando a ampla participação e o olhar do excesso de rigorismo pois foi comprovado que é possível executar tal objeto sem as ferramentas informadas como obrigatórias e, provado pelos atestados a capacidade da empresa. Ainda mais, dentro do balanço da empresa possuímos valores de equipamentos/ferramentas que comprovam a compra dessas outras ferramentas, que são usadas por nós. Ademais, a exigência desta declaração pode ser exigida na assinatura do contrato o que não iria prejudicar a empresa e nem estaria contrária a nenhuma parte da lei 8666/93.

20. A autotutela impõe a Administração Pública o poder dever de rever seus próprios atos (anulação) quando eivados de ilegalidade. E nessa vereda, caso se confirmasse a inabilitação da RECORRENTE, esta respeitada Comissão estaria se divorciando do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório além de demonstrar contradição com outros julgamentos já proferidos, em outras ocasiões.

**DO PEDIDO**

22. Assim, diante de tudo ora exposto, a RECORRENTE requer digno-se V. Exa. Conhecer as razões do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, dando-lhe PROVIMENTO, culminando assim com a anulação de sua INABILITAÇÃO, declarando-se a RECORRENTE habilitada para prosseguir no pleito, como medida da mais transparente Justiça! Deve-se atentar aos pilares BÁSICOS da lei 8666/93, não permitindo um direcionamento, uma restrição da competitividade e demais fundamentos já supracitados.

23. Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, não restará outro caminho a RECORRENTE a não ser fazer com que este recurso vá para outras esferas e procuradorias, devidamente informado, às autoridades superiores, em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Serve Rio Serviços Especializados LTDA EPP.

01.655.459/0001-96  
SERVE-RIO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP  
RUA ATI Nº 363  
TANQUE - CEP: 22.735-155  
Rio de Janeiro - RJ